



## SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O DIREITO A EDUCAÇÃO: contribuições no enfrentamento do fenômeno da infrequência escolar

## SOCIAL WORK IN BASIC EDUCATION AND THE RIGHT TO EDUCATION: contributions in coping with the phenomenon of school infrequency

Carla Rosane Bressan<sup>1</sup>

Ana Larissa Pavesi<sup>2</sup>

Emanuela Gnecco Fernandes<sup>3</sup>

Gabriela Grandó Mercadante<sup>4</sup>

### RESUMO

O artigo tem como centralidade o direito à educação básica. Trata da infrequência escolar e as múltiplas causalidades que ocasionam a evasão escolar, a partir da experiência do projeto de extensão “*Serviço Social na Educação Básica: contribuições no enfrentamento do fenômeno da infrequência escolar*” desenvolvido com escolas públicas. Aborda as motivações de infrequência registrado no sistema APOIA (coordenado pelo Ministério Público de Santa Catarina) entre 2019 a 2022. Objetiva avançar na compreensão do fenômeno, mediante estudos e debates com representantes de instituições de ensino do município de Florianópolis. E, aponta para a importância do Serviço Social na educação básica, relacionando a inclusão deste profissional com a qualidade e a permanência dos estudantes.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Infrequência Escolar; Educação Básica;

### ABSTRACT

The article is central to the right to basic education. It deals with school infrequency and the multiple causalities that cause school evasion, based on the experience of the extension project “*Social Service in Basic Education: contributions in coping with the phenomenon of school infrequency*” developed with public schools. It addresses the motivations for infrequency recorded in the APOIA system (coordinated by the Public Prosecutor's Office of Santa Catarina) between 2019 and 2022. The objective is to advance the understanding of the phenomenon, through studies and discussions with representatives of educational institutions in the **city** of Florianópolis. And, it points to the importance of Social Service in basic education, relating the inclusion of this professional with the quality and permanence of students.

**Keywords:** Social Work; School infrequency; Basic Education;

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina; Doutora em Serviço Social; [bressan.carla@ufsc.br](mailto:bressan.carla@ufsc.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada em Serviço Social; [ana.larissap@hotmail.com](mailto:ana.larissap@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada em Serviço Social; [emanuelagneccofernandes@gmail.com](mailto:emanuelagneccofernandes@gmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada em Serviço Social; [gabiigrandoufsc@gmail.com](mailto:gabiigrandoufsc@gmail.com)



## 1 INTRODUÇÃO

Recentemente, muito tem se discutido sobre a evasão escolar e a infrequência como obstáculo frente ao direito da Educação. Dessa forma, o Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – NECAD/DSS/UFSC, tem estabelecido articulação direta com as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) a fim de contribuir com o objetivo de “promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes” (BRASIL, 2006, p.2), conforme estabelecido pelos parâmetros da Resolução nº 113 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Tomando como referência a participação junto ao Núcleo Intersetorial de Suporte ao Sistema APOIA (NISA), mantido e coordenado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina<sup>5</sup>, o NECAD desenvolve desde 2019 o projeto de extensão: “Serviço Social na Educação Básica: Contribuições no enfrentamento do fenômeno da infrequência escolar”. Dentre suas finalidades busca aprofundar a temática da infrequência escolar por meio de estudos, trocas com escolas e ainda análise dos dados registrados no sistema APOIA voltando-se a compreensão da temática a partir do contexto da escola pública. O referido projeto, vem ampliando a sua abrangência e no ano de 2023 tem como referência 17 escolas do município de Florianópolis (públicas municipais e estaduais) que apresentam os maiores registros (para o intervalo de 2019 a 2022) no sistema APOIA de infrequência dos estudantes da rede básica de educação. O registro detalhado da experiência já foi publicado no XVII Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS,2022), evidenciando a relevância da compreensão da infrequência escolar enquanto fenômeno complexo de múltiplas causalidades e a importância da atuação do profissional de Serviço Social na equipe multidisciplinar na instância da escola pública de educação básica. A partir disso, o presente artigo objetiva avançar na compreensão do fenômeno abordando as “motivações da infrequência” realizados pelas escolas no sistema APOIA no período de 2019 a 2022, sinalizando também para estratégias de enfrentamento do referido fenômeno elaboradas mediante debates com representantes de instituições de ensino no município de Florianópolis.

<sup>5</sup> Sistema APOIA – Aviso Por Infrequência de Aluno – criado em 2001 e atualmente é coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude de Santa Catarina. A operacionalização do sistema APOIA ocorre a partir da observação da falta do estudante por cinco dias consecutivos ou sete alternados dentro de um mês. A unidade escolar tem uma semana para encaminhar providências e preencher o Sistema APOIA *online*. Maiores informações: <https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=517>

Sendo assim, o desenvolvimento deste trabalho será feito em duas partes: na primeira é registrado os elementos estruturais que compõe o referido fenômeno, chamando atenção para elementos centrais da constituição do sistema educacional publico brasileiro a partir da República, dando ênfase as questões e regulamentações que registram a educação como um direito social e de modo especial no caso de crianças e adolescentes. Na sequência é abordado as principais “motivações” que levam os estudantes estarem em situação de infrequência, a partir dos dados retirados do sistema APOIA de 2019 a 2022 - experiencia em curso. Na sequência, é abordado os principais indicativos de contribuições do Serviço Social na educação básica para o enfrentamento da infrequência escolar.

## 2 A INFREQUÊNCIA ESCOLAR ENQUANTO FENÔMENO HISTÓRICO E SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

Dados os limites do presente texto, registra-se como pressupostos fundantes da presente discussão a compreensão da educação como uma política social tomada sob a perspectiva de contribuição com a emancipação humana. Porém, como toda política social, tem contida contradições e/ou tensões estruturais e conjunturais do modo de produção e reprodução da vida social. Posto isto, entende-se que é necessário registrar alguns elementos centrais e constituidores do sistema de educação brasileiro e a sua afirmação enquanto direito social, de modo especial para a infância e adolescência no último século. Embora já tenhamos esses registros normativamente reconhecidos, a aproximação com a realidade dos educandos do município de Florianópolis/SC revela elementos estruturais e de fatores históricos e sociais e multifacetados que permeiam o fenômeno da infrequência escolar.

### 2.1. Aspectos históricos da constituição do Sistema de Educação Público Brasileiro e o direito à educação pelas crianças e adolescentes

Na história, é possível observar um conjunto de transformações histórico-sociais na construção e na concepção de infância e adolescência dentro das sociedades ocidentais. No Brasil não foi diferente. O avanço na delimitação da conceituação e caracterização da infância e adolescência, contribuiu para o reconhecimento da educação enquanto política fundamental de emancipação humana, refletindo em profundas transformações no âmbito da sociedade e economia. Isso implicou diretamente na concepção de educação e do sistema educacional, assim como, dos agentes da rede de proteção.

As crianças e adolescentes nem sempre foram considerados sujeitos de direitos. Na Idade Média não havia distinção entre adultos e crianças, as crianças eram consideradas

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

“miniadultos”. Essa concepção se modificou no início da Idade Moderna devido a Igreja Católica, da qual era a detentora das produções de conhecimento da época, exercendo um papel primordial na construção da imagem da criança com a ideia de pureza/inocência (RIZZINI, 1997). A implementação da educação religiosa, com o propósito de ensinar as crianças a ler e a escrever para propagação do ensino religioso tornando-as adeptas da fé católica, disciplinadas e obedientes às normas religiosas. Conforme Saviani (2008, p.149) “O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória [...]”.

No século XV, o contexto europeu de acumulação primitiva viabilizou a expansão do sistema capitalista, acentuando o pauperismo na sociedade proporcionalmente ao crescimento da capacidade social de produção de bens. “Dentro desse novo cenário se configurava a infância, com a exploração em diversos âmbitos: nas fábricas, nas distintas casas de família, no trabalho informal, no comércio, entre outras atividades. (SOARES, 2017, p.15). Nesta conjuntura, a Igreja Católica perdeu influência na formação de opinião dos sujeitos e se alteraram as relações econômico-sociais, incluindo a concepção de “crianças”.

Com a abolição do trabalho escravo e o início do processo de industrialização capitalista, advém nesta nova organização social, a categoria do trabalhador “livre” assalariado. Porém “[...] no início do século XIX ainda não havia uma preocupação especial com a proteção das crianças contra a exploração do trabalho, a Inglaterra editou a primeira lei em 1802 [...]” (CUSTÓDIO, VERONESE, 2007, p.27). No cenário brasileiro, os estudos sobre a infância ganharam evidência e se tornaram mais significativos a partir da Primeira República, no final do século XIX, com o desenvolvimento da concepção do respeito à natureza humana. Segundo Saviani (2013) embora as ideias liberais transitem nos meios intelectuais e políticos brasileiros desde o Império, somente a partir da República que tomaram forma mais efetiva. Mais especificamente entre as décadas de 1930 a 1963, quando foi regulamentado a educação superior, secundária e primária, concebendo a educação como uma questão nacional. Já na Constituição de 1934 vai ficar registrado a educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e órgãos públicos. Vale ressaltar que neste período, já se tornava perceptível uma diferenciação de classe quanto à educação da infância e adolescência, à medida que a classe burguesa pagava para acessar as instituições de ensino privadas ou confessionais (subsidiadas pelo Estado) e as escolas previstas para a classe trabalhadora disponibilizadas pelo poder público. Segundo Saviani (2008), somente a partir da década de 1960 que ocorre a unificação da legislação da educação no país “[...] abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada, as quais direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola.” (SAVIANI, 2013, p.142).

PROMOÇÃO

APOIO



Porém, as referidas alterações ocorreram no período da Ditadura Militar (1964 a 1985), determinando a conceituação de uma educação um caráter antidemocrático, da correção e controle político e ideológico dos educandos e educadores. Somente a partir da Nova República (considerada a partir 1986 com o processo de redemocratização) a educação e o conhecimento pedagógico passam a assumir um caráter político pautado no campo dos direitos e fundamentado na liberdade e universalidade, sem distinção de classe, raça, etnia. Somado à conjuntura fervorosa dos movimentos sociais que se fortaleceram na reivindicação dos direitos, especialmente de crianças e adolescentes.

Nessas condições, rompe-se com a concepção da Doutrina da Situação Irregular, que discriminava as famílias pauperizadas colocando-as em condição de irregularidade, bem como, não reconhecia direitos de forma universal, dentre eles da educação, cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal (1988) e posteriormente regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº8.069/90. Pautado na Doutrina da Proteção Integral, este reconhece crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, compreendendo suas particularidades de desenvolvimento e estabelecendo responsabilidade à família, sociedade e do Estado.

Tais condições também irão subsidiar a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (nº9.394/96), que reestrutura o sistema de ensino e institui a etapa da Educação Básica (iniciada ainda na primeira infância) e ofertado de forma universal. Em conformidade com tais normas vigentes no Brasil, o ECA (1990) determina que toda criança e adolescente tem direito à educação, ofertado pelo sistema pública de ensino.

Porém, vale ressaltar que essa não se constitui em uma história linear, ao longo dos períodos acima registrados tem implícito processos de disputas de diferentes interesses que incidem de diferentes formas na constituição do Sistema de Ensino. Ou ainda, como indica Bull (2011, p.69):

[...] é preciso considerar a educação como um campo de lutas, de disputa pela hegemonia, onde interesses diversos entram em confronto na luta pela manutenção da ordem estabelecida ou pela sua reversão, expressando os conflitos de classe inerentes à sociedade capitalista, conflitos estes claramente expressos no processo que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mas que não se encerrou aí [...].

Ao longo desse processo, evidencia-se a Política Educacional brasileira como mais um campo de lutas que desde a aprovação da Constituição Federal, vem proporcionando momentos de avanços do campo progressista; como também, de mudanças voltadas aos interesses de uma minoria que não necessariamente está comprometida com o desenvolvimento autônomo e emancipatório dos indivíduos, a exemplo da reforma do Ensino Médio, instituída em 2017.



## 2.2. Fenômeno histórico e socialmente construído: registros do sistema APOIA

A infrequência escolar conceitualmente consiste na falta de presença regular na escola, que pode decorrer de uma série de fatores históricos, socioeconômicos, ideológicos e institucionais presentes na realidade social. De acordo com Sousa et al (2011), essa ausência dos estudantes na escola ocorre por diversas razões e tem um impacto direto na sua formação. Estudos no campo da educação destacam vários aspectos relacionados a essa questão, tais como: dificuldades de aprendizado, conflitos escolares, bullying, trabalho infantil, gravidez na adolescência, a defasagem entre série e idade, dentre outros.

Historicamente a “infrequência”, “repetência” e “evasão” escolar são abordados pela literatura específica como fenômenos interligados. Dados os limites do presente texto que impossibilita a retomada histórico-conceitual da temática, utilizar-se-á como referência a delimitação realizada no âmbito do projeto em questão. Este pauta-se prioritariamente nas questões voltadas à “infrequência”, primeiramente por se tratar da modalidade de registro oficial solicitado às escolas e ser motivadora do diálogo com elas; como também e não menos importante, por entender que é parte diretamente integrante das outras duas situações e que consiste em um primeiro sinal de prováveis situações de repetência, ou ainda evasão escolar. E, enquanto manifestação aparente, contém elementos constituidores (internos e externos) ao ambiente escolar, que quando não devidamente analisados, acabam por culpabilizar da família e do aluno pelas referidas situações.

Tomando como referência o recorte temporal utilizado pelo projeto (período de quatro anos), evidencia-se a importância da temática. Se considerarmos os dados em âmbito estadual vamos ter o registro de 40.680 situações de infrequência realizados pelas escolas em 2019; de 6.911; de 42.105 e de 51.967 registros em 2020, 2021 e 2022 respectivamente. Chama atenção que, mesmo no cenário da pandemia de Covid-19, com a adoção do ensino remoto (ano de 2020) e que ocorreu a suspensão oficial dos registros no APOIA, ainda foi realizado registros no sistema. A mesma situação se repete (proporcionalmente) quando tomado como referência os dados do município de Florianópolis e os dados das 17 escolas delimitadas para o estudo do projeto, uma vez que a motivação da sua seleção está vinculado aos altos índices de registros no sistema.

Dentre os objetivos delimitados pelo projeto de extensão está em “Aprofundar o debate acerca da infrequência escolar, qualificando a compreensão sobre o fenômeno e suas múltiplas causalidades”; e “Construir alternativas de atuação das equipes escolares junto com as diferentes instâncias do Sistema de Garantia de Direitos, tomando como referência as suas experiências cotidianas” a delimitação das referidas escolas constituiu-se em uma estratégia de

PROMOÇÃO



APOIO

aproximação e diálogo, uma vez que representam proporcionalmente os dados de registros do município e do Estado.

Com o intuito de estabelecer um diálogo direto com as escolas proporcionando trocas a partir da experiência cotidiana, optou-se por agregar os dados extraídos do sistema, trabalhando com as informações das três instâncias (estadual, municipal e escolas referenciadas) dos “motivos” registrados pelas escolas<sup>6</sup>. Dado o número de registros, optou-se em priorizar para análise aqueles acima de 2% nas três instâncias. Inspirados nos conceitos da análise de conteúdo (com uma leitura flutuante) foi possível eleger 6 (seis) eixos norteadores/orientadores das discussões desenvolvidas nos encontros realizados<sup>7</sup>. A sistematização dos dados ocorreu em quadros referencias, o que possibilitou o estabelecimento de diálogos e reflexões com o grupo. O presente texto também toma os referidos quadros como referenciadores da reflexão, sendo priorizado aqueles da instância municipal (Florianópolis), uma vez que refletem proporcionalmente tanto os dados estaduais, como também das escolas referenciadas.

Registra-se antecipadamente que as justificativas centradas na condição do estudante e aquelas centradas na condição da família foram as mais incidentes nas diferentes instâncias (âmbito estadual, municipal e das escolas), como também aquelas que concentram os maiores índices de incidência. Esses elementos já apresentam indicativos de premissas educacionais longamente discutidas e conseqüentemente criticadas; ou seja, que a tendência está em “buscar uma resposta da situação fora do espaço interventivo”, normalmente indicando outros sujeitos. A própria escola da opção indicada pelas escolas, como o possível “motivo” da ausência reflete esses elementos. Assim temos, o primeiro eixo, que trata das justificativas centradas na condição do estudante como pode-se observar no quadro que segue:

**Quadro 01 – Motivos da Infrequência centradas na condição do estudante - Município de Florianópolis**

ANO	Justificativas	Nº alunos	%
2019	O estudante não considera a escola atrativa e útil para a sua vida/ ausência de projeto de vida	706	21.92%
2019	Dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da vida escolar	138	4.28%
2020	O estudante não considera a escola atrativa e útil para a sua vida/ ausência de projeto de vida	26	8.39%
2021	Dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da vida escolar	269	11.29%
2021	O estudante não considera a escola atrativa e útil para a sua vida/ ausência de projeto de vida	152	6.38%
2022	O estudante não considera a escola atrativa e útil para a sua vida/ ausência de projeto de vida	698	15.88%
2022	Dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da vida escolar	439	9.99%

<sup>6</sup> O sistema apresenta uma listagem de 31 motivos (previamente cadastrados) para a escolha/opção da escola.

<sup>7</sup> Os eixos foram organizados pela centralidade das justificativas/motivações apresentadas, sendo: 1) centradas na condição do estudante, 2) centradas na família, 3) centradas em necessidades estruturais das políticas públicas, 4) voltadas para as redes de comunicação escola/família, 5) fatores externos à escola e família, 6) fatores relativos à estrutura educacional.

Fonte: Dados coletados do sistema APOIA em 03/04/2023.

Os registros evidenciam que as dificuldades de aprendizagem se acentuam nos dois anos consecutivos ao início da pandemia e do ensino à distância. Ademais, a indicação da desvalorização por parte do estudante frente a instituição de ensino consiste em um dos motivos mais evidentes ao longo de todos os anos. Essa realidade também se expressa nos dados estaduais, em que o menor índice de incidência desse motivo é em 2020 com 20,65%, após o ápice em 2019 registrando 27,95% de ocorrência. Frente a isso, é necessário chamar atenção sobre o modelo educacional que tem se colocado para os estudantes, especialmente os filhos da classe trabalhadora.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina no Art 2º que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, o preparando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Porém, há que considerar que os interesses capitalistas tem se sobreposto ao direito da Educação, o que implica numa outra direção do processo de aprendizagem, enquanto instrumento de dominação, reprodução e manutenção da ordem e poder vigente. (SOUSA et al, 2011). Dessa forma, a educação passa a ser, um assunto desprovido de política e de história, resumida à aquisição de competências de aprendizagem e preparação para o trabalho, que nem sempre se constitui em algo vinculado a experiência e vivência do estudante. Nessa lógica, segundo Castro:

A responsabilização do aluno pelo seu fracasso na escola tem como base o pensamento educacional da doutrina liberal a qual fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade de classe, como também tenta fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável “pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social (CASTRO, 1997, p.29)

Quanto aos motivos relacionados às perspectivas familiares, a ideia da “pouca ou baixa importância” da educação é o dado mais expressivo em todo o período, com mais de um quarto das ocorrências em 2020 e 2021, mesmo quando estamos passando pelos anos mais intensos da pandemia e as condições materiais e emocionais das famílias estavam completamente abaladas. O que pode ser observado no quadro que segue:

**Quadro 02 – Motivos da Infrequência centradas na família – Município de Florianópolis**

ANO	Justificativas	Nº alunos	%
2019	A família não considera a educação e a escola como algo útil ou desejável.	529	16.42%
2019	Problemas de relacionamento familiar (separação dos pais/brigas frequentes etc.)	261	8.10%
2020	A família não considera a educação e a escola como algo útil ou desejável.	92	29.68%
2020	Problemas de relacionamento familiar (separação dos pais/brigas frequentes etc.)	6	1.94%
2021	A família não considera a educação e a escola como algo útil ou desejável.	815	34.21%



2022	A família não considera a educação e a escola como algo útil ou desejável.	769	17.5%
2022	Problemas de relacionamento familiar (separação dos pais/brigas frequentes etc.)	96	2.18%

Fonte: Dados coletados do sistema APOIA em 03/04/2023.

Tanto na esfera estadual, assim como na municipal, a justificativa de que a família não considera a educação importante atinge mais de um quarto dos casos nos anos de 2020 (25,66%) e 2021 (29,88%), entretanto esse padrão se mantém em 2022 com 25,37% de frequência. A nível estadual os problemas de relacionamento familiar estão evidentes ao longo dos quatro anos, mesmo com baixa expressão sem alcançar nem 10% de incidência, assim como no município, tem o auge em 2019 com 2.799 casos (6,32%). Ao observar o que é indicado como motivo, é possível notar que a família ou ainda a dinâmica familiar incide diretamente sobre a aprendizagem e a permanência na escola e que nem sempre o espaço escolar consegue estabelecer uma articulação, ou seja:

Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. (DESSEN e POLONIA, 2007, p.22)

Isto requer considerar aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas relações entre os diferentes segmentos. São inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas. Destarte, é preciso romper com a falsa ideia de "família estruturada", isto é, aquela organizada nos moldes tradicionais burgueses, tendo em vista que cada família possui significados e práticas culturais próprias sendo a matriz da aprendizagem humana (Dessen e Polonia, 2007). Sendo assim, os dados registrados no sistema APOIA até aqui registrados indicam a necessidade de práticas educativas familiares, utilizando-as como recurso importante nos processos de aprendizagem dos alunos a fim de romper com a lógica moralista e culpabilizadora.

O terceiro eixo refere-se às justificativas centradas nas necessidades estruturais das políticas públicas conforme quadro que segue:

**Quadro 03** – Motivos da Infrequência centradas em necessidades estruturais das políticas públicas – Município de Florianópolis

ANO	Justificativas	Nº alunos	%
2019	Aluno está em/ou necessita de tratamento médico ou internação	225	6.99%
2019	Ausência ou deficiência de transporte escolar (distância / dificuldades no caminho casa-escola / não tem quem o leve)	143	4.44%
2019	Familiar possui problema de saúde (está em/ou necessita de tratamento médico/internação)	77	2.39%

PROMOÇÃO

APOIO

2020	Conteúdos e atividades excessivas/currículo inadequado	13	4.19%
2020	Ausência ou deficiência de transporte escolar (distância / dificuldades no caminho casa-escola / não tem quem o leve)	9	2.9%
2021	Ausência ou deficiência de transporte escolar (distância / dificuldades no caminho casa-escola / não tem quem o leve)	83	3.48%
2022	Ausência ou deficiência de transporte escolar (distância / dificuldades no caminho casa-escola / não tem quem o leve)	369	8.40%
2022	Aluno está em/ou necessita de tratamento médico ou internação	257	5.85%

Fonte: Dados coletados do sistema APOIA em 03/04/2023.

Apesar de registros menos expressivos quantitativamente, vale ressaltar que as maiores dificuldades são referentes à política de transporte local, que se amplia em questões mais específicas como, os horários do transporte público, o valor da tarifa cobrada da população, as dificuldades das crianças de locomoção desacompanhadas, entre diversos problemas particulares. Numa abstração estadual estas motivações não atingem nem 5% em nenhum dos anos, embora a “Ausência ou deficiência de transporte escolar (distância/ dificuldades no caminho casa-escola/ não tem quem leve)” afete cerca de 3.500 crianças no total dos anos de 2019,2021 e 2022.

Os dados mencionados perpassam diferentes políticas como a Saúde e Infraestrutura/transporte. Neste contexto, rememoramos a importância do Sistema de Garantia de Direitos enquanto materialização dos direitos da criança e do Adolescente. Para além das políticas públicas de atendimento eficientes, é fundamental sua articulação com instituições responsáveis pelo controle e pela defesa dos direitos, como Ministério Público e Conselho de Direitos, por exemplo.

No quarto eixo voltado à rede de comunicação escola/família pode-se observar que:

#### Quadro 04 – Motivos da Infrequência voltadas para as redes de comunicação escola/família – Município de Florianópolis

Ano	Justificativas	Nº alunos	%
2019	Mudança de unidade escolar ou endereço, sem confirmação de estar estudando	680	21.11%
2019	Viagem temporária com a família (visita a familiares, amigos, mas há previsão de retorno).	144	4.47%
2019	Mudança de unidade escolar ou endereço, com confirmação de estar estudando	125	3.88%
2020	Mudança de unidade escolar ou endereço, sem confirmação de estar estudando	110	35.48%
2020	Viagem temporária com a família (visita a familiares, amigos, mas há previsão de retorno).	42	13.55%
2020	Mudança de unidade escolar ou endereço, com confirmação de estar estudando	18	5.81%
2021	Mudança de unidade escolar ou endereço, sem confirmação de estar estudando	650	27.29%
2021	Mudança de unidade escolar ou endereço, com confirmação de estar estudando	123	5.16%
2022	Mudança de unidade escolar ou endereço, sem confirmação de estar estudando	1.125	25.60%
2022	Mudança de unidade escolar ou endereço, com confirmação de estar estudando	284	6.46%
2022	Viagem temporária com a família (visita a familiares, amigos, mas há previsão de retorno).	154	3.5%

Fonte: Dados coletados do sistema APOIA em 03/04/2023.

Tanto na instância municipal quanto na estadual, nota-se a dificuldade de comunicação entre as instituições de ensino, sendo a “Mudança de unidade escolar ou endereço sem

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

confirmação de estar estudando” mais de um quarto das ocorrências municipais em três dos quatro anos analisados (2020, 2021, 2022) e mais de um quinto em todos os anos. A nível estadual, esse fator permanece entre os 10% e 20% em todos os anos e totaliza cerca de 18 mil alunos. O referido indicativo apresenta elementos que denunciam uma rede educacional desarticulada, com ausência na comunicação entre as instituições municipais, estaduais, federais. Segundo depoimentos de professores no grupo, quando se trata de estudante que reside em outro município (diferente da sede da escola) essa comunicação ainda é mais frágil e comprometida.

No quinto eixo referente aos fatores externos à escola e família, o quadro registra questões como: “o aluno está trabalhando” e “Mora com o (a) namorado(a)/ em união estável/casamento” , mas sempre índices abaixo de 2% no nível municipal. Na instância estadual o estudante na condição de trabalhador passa a ser mais de 4% a partir de 2021 atingindo 5,10% em 2022. Ainda que as taxas não sejam consideradas as mais expressivas, há que se atentar a essas questões, pois são historicamente produzidas. A lógica do trabalho ainda é uma justificativa bastante difundida pelo senso comum, já que “pelo menos está fazendo algo útil”. No que tange a questão de relacionamento/casamento uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) apresentou que o Brasil ocupa o quarto lugar do mundo em casamentos infantis<sup>8</sup>.

No último eixo, pontuando os fatores relativos à estrutura educacional, a justificativa de “conteúdo e atividades excessivas/currículo inadequado” tem registros apenas no quadro referente aos dados do município, onde em 2020 com 2,96% dos alunos, enquanto no estado não ficou evidente (acima de 2%) em nenhum dos anos. Tal reflexo é compreendido se nos atentarmos novamente à realidade pandêmica daquele ano.

É inegável, a partir dos dados expostos e relacionados às reflexões, que após a Pandemia os registros de infrequência apresentaram significativo aumento, visto que muitas crianças e adolescentes não têm retornado às instituições de maneira presencial. Além disso, as questões conjunturais dos últimos quatro anos se agravaram, em face das disputas políticas e ideológicas, do aumento de discursos moralistas e conservadores que motivaram discursos de ódio e ações violentas, desmobilizando movimentos coletivos e deslegitimando a importância da educação tanto a nível básico quanto superior. Tais reflexões, realizadas juntamente com representantes das escolas de Florianópolis, entende-se por necessário para a superação dessa realidade a consolidação de uma rede de apoio articulada. Para tanto, “Há necessidade

<sup>8</sup> BITTAR, Paula. **Dados do Unicef apontam que o Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo**  
**Fonte: Agência Câmara de Notícias.** 2022 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/>. Acesso em: 15 maio 2023.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de que seja feito um trabalho de conscientização com as pessoas para que sintam a importância e a necessidade de efetuar um trabalho conjunto” (PIERINI e SANTOS, 2016, p.97), fortalecendo as políticas de atenção à criança e adolescente e a rede de serviços para assim garantir o direito ao acesso e permanência das crianças e adolescentes nas escolas.

### 3.CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR.

Para subsidiar a atuação do assistente social em todo e qualquer espaço ocupacional, tem-se como referência o estabelecido pelo Código de Ética Profissional (1993) e pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993). Estes sinalizam para uma atuação profissional comprometida com a defesa intransigente dos Direitos Humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, os posicionamentos em favor da equidade e justiça social e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, dentre outros.

Como a atuação profissional tem constante interação com a efetivação de direitos sociais via políticas públicas, logo, não poderia ficar alheio à discussão do fenômeno da infrequência escolar, tendo em vista que esta representa uma violação do direito à Educação de crianças e adolescentes. Considerando as referências apresentadas anteriormente é perceptível um enorme desafio, uma vez que “o trabalho do assistente social na política de educação defende a concepção de uma educação emancipadora, isto é, que permita os indivíduos sociais desenvolver suas potencialidades e capacidades, longe de qualquer forma de dominação ideológica e moral” (CFESS, 2012, p.33). Na instituição educacional, a atuação do assistente social é fundamental para uma compreensão da essência das demandas que aparecem no cotidiano. As competências profissionais quando articuladas com a dimensão teórico-metodológica possibilitam uma perspectiva de totalidade sobre as expressões da questão social no ambiente escolar, entre elas: trabalho infantil, violências, bullying, pobreza, gravidez na adolescência etc.

Tendo em vista que as demandas que chegam à escola se constituem como parte de uma totalidade complexa da realidade social e que perpassa diferentes necessidades e políticas sociais, conseqüentemente requer a atuação de diversas instituições e profissionais. Sejam estas, vinculadas a políticas de atendimento garantindo direitos à criança e ao adolescente, Unidades Básicas de Saúde, Escolas, Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, assim como órgãos vinculados ao eixo da defesa e controle do Sistema de Garantia de Direitos, como Conselho de Direitos e Conselho Tutelar.

Nesse contexto, o Serviço Social pode contribuir no fortalecimento da atuação em rede, desenvolvendo atividades socioeducativas com a equipe profissional, órgão da rede de



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

educação, famílias e com os próprios estudantes. Entretanto, as contribuições do assistente social na rede pública de educação básica são abrangentes e deverão se nortear pelo que é registrado no art. 3º da Lei 13.935/2019.

Nota-se que a profissão tem uma grande importância com relação à Educação por ter inúmeras possibilidades de intervenção neste locus. No caso da infrequência escolar, o assistente social pode contribuir na desmistificação da visão moralista sobre a família e do estudante, realizando atividades de aproximação com a escola a fim de compreender as dificuldades particulares e pensar em estratégias que permitam superá-las.

A escola muitas das vezes não é atrativa, tem dificuldades de acolher adolescentes que não se enquadram no “padrão”, como estudantes envolvidos com atos infracionais, educandas gestantes, mães, e pessoas com deficiência o que torna o processo de aprendizado difícil e repleto de desafios. Dito isto, “a inserção do profissional de Serviço Social na rede pública de educação básica significa trazer relevância das atribuições na busca das potencialidades e defesa de direitos sociais dos indivíduos” (LUCIANO, SILVEIRA; 2021).

Apesar da amplitude na atuação deste profissional no campo da educação, ainda existem alguns limites para exercer sua completa autonomia com competência crítica, propositiva e numa perspectiva de totalidade. Isso se agrava nesta conjuntura de ascensão do neoliberalismo, que incentiva o discurso conservador, individualista e moralizante, ocasionando episódios de violência e repressão de opiniões, bem como o desmonte das políticas sociais e desresponsabilização do Estado.

A exemplo disso, rememoramos as dificuldades em relação a implementação da lei 13.935 de 2019, que legitimou a atuação dos profissionais de Serviço Social e psicologia na política de educação. Tal medida visa a emancipação humana e a possibilidade de construir estratégias para uma concreta e eficaz atuação da rede pública de educação básica. A aprovação da lei é uma conquista para os profissionais de psicologia e serviço social, porém há que se ponderar que ela é fruto de uma longa caminhada vagarosa, marcada por constantes e diversos obstáculos que devem ser enfrentados diariamente.

Nessas condições é preciso reforçar o papel essencial da atuação em rede, seja no enfrentamento destes obstáculos, ou efetivamente na luta contra o fenômeno da infrequência escolar. Levando em conta os debates realizados com representantes de diversas instituições de ensino do município de Florianópolis, é inevitável concluir que a atuação com a rede municipal ainda é ineficaz. Visto que, as escolas sentem-se desamparadas quanto a demanda da infrequência, enquanto as a maior parcela das entidades das redes sofre com o sucateamento, redução de orçamento e demanda excessiva, que limita os profissionais a uma atuação acrítica, subjetiva e ineficiente.

PROMOÇÃO

APOIO



Nesse sentido, compreende-se que a defasagem da atuação em rede acarreta o distanciamento família/escola, no aumento dos casos de infrequência, evasão e distorção idade série e na falta de condições estruturais que mantenham as crianças e adolescentes nas instituições de ensino. Isso, alinhado ao avanço neoliberal, discursos de ódio, individualizantes e que deslegitimam as escolas, faz com que se perpetue o senso comum de culpabilização das famílias e educandos referente ao acesso à educação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos análises dos registros do sistema APOIA, alinhado a conjuntura escolar relatada nos encontros do projeto, percebemos a importância da atuação do Assistente Social na política de educação, considerando que, as competências pautadas no Projeto-Ético-Político, têm como objetivo a intervenção na Questão Social, muito expressiva nas escolas e que sem o encaminhamento profissional adequado agrava-se exponencialmente.

Conforme já mencionado anteriormente, muitos podem ser os fatores que levam às diferentes situações registradas. Dois exemplos muito expressivos para retratar tal conjuntura dizem respeito ao Novo Ensino Médio e ao ataque a uma Creche no município de Blumenau. No que diz respeito ao Ensino Médio, as reformas foram significativas determinando a direção e prioridade governamental, retirando disciplinas como filosofia e sociologia da grade curricular, que garantem ao estudante um pensamento crítico e emancipado, e implementando disciplinas tecnicistas voltadas ao setor financeiro. Referente ao ataque em Blumenau, é notável a disseminação da escola enquanto um ambiente inseguro, favorecendo a evasão e a busca pelo *homeschooling*.

Nesse contexto, o assistente social é um profissional habilitado para contribuir na mudança dos rumos da educação nesse país. Realizando uma articulação em rede com a política de assistência (acesso aos serviços do cras e creas), saúde, previdência, Conselho Tutelares etc. Estes profissionais também podem cooperar na decodificação da realidade do estudante, atribuindo sentido aos conteúdos estudados, capacitando os profissionais da equipe escolar e os aproximando da concretude da vida dos estudantes. Dessa maneira, as famílias encontrarão amparo dentro das escolas efetivando coletivamente o direito das crianças e adolescentes.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF: Presidência da República, 1988.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Câmara dos Deputados. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/1996** - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.935/2019 - **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20192022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/L13935.htm)

CASTRO, P.C. **Evasão escolar.** São Paulo. Atlas, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf).

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil: a negociação do ser criança e adolescente no brasil.** Florianópolis: Oab/Sc, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2007000100003>.

LUCIANO, Scharlana; SILVEIRA, Darlene de Moraes. **UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.** 2021. UNISUL. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17492>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PIERINI, Alexandre José; SANTOS, Sonia Maria Cardozo dos. O Combate à Infrequência Escolar de Crianças e Adolescentes: A participação da rede de proteção social no programa apoia. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.92-107, jul. 2016. Disponível em: <http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/369/330>

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU. Ed. Universitária: anais, 1997. Introdução (p. 24-60); cap. 1 (p. 64-129); cap. 3 (197-270).

SAVIANI, Dermeval. História da Escola Pública no Brasil: Questões para pesquisa. In: SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para História da Educação: Do Debate Teórico-Metodológico no Campo da História ao Debate Sobre a Construção do Sistema Nacional de Educação no Brasil.** Autores Associados, 2013. Cap. XI. p. 134-152.

SAVIANI, Dermeval. História da História da Educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 10, p.147-167, jul. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>.

SOARES, Aline Mendes. **Precisa-se de um pequeno: O trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927.** 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUSA, Antonia de Abreu et al. Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas? **Vértices**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.25-36, abr. 2011. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1220>.

PROMOÇÃO



APOIO